

SEG, Fernando Gabeira, Demétrio Magnoli (quizenal), Miguel de Almeida (quizenal), Eduardo Affonso (quizenal), Irapuê Santana (quizenal), Washington Olivetto (quizenal), Marcello Serpa (quizenal)
TER, Merval Pereira, Carlos Andreazza, Zuenir Ventura (quizenal), Edu Lyra (quizenal), QUA, Vera Magalhães, Elio Gaspari, Bernardo Mello Franco, Roberto DaMatta (quizenal), QUL, Merval Pereira, Malu Gaspari
SEX, Vera Magalhães, Flávia Oliveira, Pedro Doria, Bernardo Mello Franco, SAB, Carlos Alberto Sardenberg, Eurípedes Alcântara, Pablo Ortellado, DOM, Merval Pereira, Dorrit Harazin, Bernardo Mello Franco

CARLOS ANDREAZZA



blogs.oglobo.globo.com/
carlos-andreazza/
ca.andreazza@gmail.com



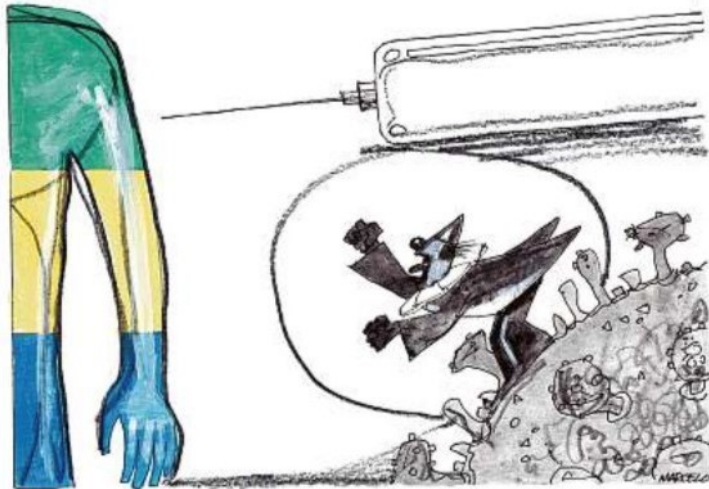
O caso Pfizer e as mentiras do governo

A nova versão influente do governo Bolsonaro para se lavar da responsabilidade por não haver contratado a vacina Pfizer em agosto/setembro de 2020 é alegre que inexistia legislação —naquela época— capaz de cobrir a operação. É falso. Mais uma distorção num conjunto de mentiras que pretendeu desqualificar o imunizante —e o próprio valor da imunização.

A primeira mentira: as doses daquele laboratório demandariam uma rede de refrigeração impeditiva. A segunda: a contratação dessa vacina, antes do aval da Anvisa, como se alguém fosse aplicá-la sem a certificação sanitária, colocaria em risco a integridade do brasileiro —o levaria a se tornar jacaré. Lembremo-nos: sem aprovação da agência reguladora, o Ministério da Saúde contrariaria, meses depois, os imunizantes Sputnik V e Covaxin. A terceira: a oferta da Pfizer seria modesta. A oferta: 3 milhões de doses até março de 2021, metade das quais a serem entregues já em dezembro do ano passado —volume que, segundo Pazuello, frustraria a população. Lembremo-nos: a malta que argumentara assim comemorou, no final da semana passada, a entrega de 1 milhão de doses dessa mesma vacina.

No curso dessa sucessão de embustes, registre-se, o governo —o presidente se dizia incomodado com alguns termos do contrato —jamais falou na necessidade de uma lei específica destinada a equacionar o que seria um problema. Nada. O Planalto apontava um suposto impasse formal. E nada propunha como saída. Ou poderia ter remetido um projeto em regime de urgência ao Parlamento; né? No entanto: nada.

E então a lei. Diante da crise, o presidente do Senado se reuniria com a Pfizer, colheria dados e formularia o que seria a Lei 14.125/21. Iniciativa do Congresso exclusivamente. Uma lei desnecessária, contudo. Como lei, para o que produz uma lei: desnecessária. Explico. Uma aquisição pública emergencial de vacinas, em meio a uma pandemia e sob a na-



tureza calamitosa do período, ajusta-se às especificidades do que é, afinal, um mercado internacional, ademais tocado em circunstâncias excepcionais; de modo que caberia ao governo justificar a admissão da cláusula considerada excessiva como condição para transitar competitivamente, em nome do interesse do cidadão, no comércio mundial de imunizantes. Seria a Constituição Federal a se sobrepor. O próprio direito à saúde. Um direito fundamental cuja imposição —acima da existência de qualquer lei — deriva diretamente do texto constitucional.

A lei era desnecessária. Porém, vá lá, um governo que fosse genuinamente preocupado, ainda que mal assessorado juridicamente, poderia —uma vez inseguro, e dada a demanda urgente por vacinas — encaminhar e liderar a solução por meio de simples medida provisória; uma como essas tantas que edita para, por exemplo, facilitar a vida de grileiros. Nada fez.

A lei era desnecessária. Repito. O governo poderia ter firmado contrato com a farmacêutica no ano passado. Não quis. Preferiu descreditar a cultura vacinal e investir na farsa do tratamento precoce. E só se converteu em vacinador convicto ante a imposição do mundo real no corpo da impopularidade crescente. A lei era desnecessária, mas teve um mérito político. Uma lei supérflua atuando como vara no lombo do Planalto. A iniciativa do Senado desamarrou, desnudou politicamente, as desculpas de Bolsonaro. Não haveria mais como rebolar para não assinar. Assinou-se. (Uma lei que deu respaldo para que o valente Bolsonaro se deixasse abusar pelas cláusulas escorchantes da Pfizer. Sei...)

Por outro lado: a lei desnecessária, que teve aquele mérito, desmontar as desculpas do governo, viraria desculpa ela mesma na mão dos

narradores bolsonaristas. É onde estamos. Acssado pela CPI, o governo se escorona na lei —a prova de que, mui responsável, não poderia ter contratado a Pfizer em 2020. Mentira.

Importante: os governistas alegam que haveria pareceres da AGU e da CGU contrários ao contrato com a Pfizer. Sim. Documentos datados, ambos, de 3 de março — curiosamente, um dia depois da aprovação da lei no Congresso. Uma mente maldosa poderia pensar mal dos órgãos, que teriam —sei que jamais o fariam — produzido pareceres para esquentar o discurso bolsonarista, como se o governo, de súbito zeloso e proativo, tivesse contribuído para a solução legislativa que, na verdade, o botou contra a parede, mas cuja onda ora surfa. AGU e CGU nunca fariam isso — insistiu. Os pareceres, entretanto, estão na boca dos milicianos.

Os pareceres vieram tardiamente, incapazes de controlar os dois pesos e duas medidas do governo. Que, escudando-se na Fiocruz, importou — antes da lei, em janeiro de 2021, na correria improvisada para tentar competir com a primazia da CoronaVac — doses prontas do imunizante fabricado pela AstraZeneca. Doses prontas — não para ser envasadas aqui. Adquiridas ao instituto indiano Serum. Compra direta, importação pura — feita sob os mesmos “riscos” que haveria na aquisição junto à Pfizer. Nada a ver com o acordo para transferência de tecnologia pactuado com a AstraZeneca; cujo contrato, diga-se, ainda não foi assinado — sendo fato que a tão esperada produção autônoma pela Fiocruz, essa joia do Brasil, já vai com o calendário comprometido.

Aliás: o que há para que esse contrato — tão usado como propaganda — ainda não tenha sido firmado?

ZUENIR VENTURA



blogs.oglobo.globo.com/opinioao
editoria.artigos@oglobo.com.br



E por falar em utopia

Ao participar há dias de um debate sobre utopia, não foi difícil constatar que estamos vivendo justamente o contrário, uma distopia como nunca vivemos: um acúmulo de crises — sanitária, política, econômica, ética, social, ambiental. Por isso, para muitos, a utopia do século XXI é a sustentabilidade, isto é, o equilíbrio entre progresso, bem-estar social e conservação dos recursos naturais. E, se não o fim, pelo menos a redução das distâncias obscenas entre riqueza e pobreza.

Aliás, a utopia sempre foi, digamos, meio utópica, desde o começo. Thomas Morus, o filósofo autor do livro “Utopia”, que em grego quer dizer “não lugar”, “lugar que não existe”, apresentava em 1516 o cenário de uma sociedade em que todos seriam felizes, ninguém era dono de nada, todos eram ricos. Porém o criador desse paraíso utópico morreu infeliz. Preso na Torre de Londres, foi executado por ordem de Henrique VIII. Quer dizer: o criador da utopia teve um fim distópico.

O Brasil tinha 3 anos de idade quando entrou para a história da utopia. Em 1503, o navegador italiano Américo Vesputio exclamou: “Aqui é o paraíso”. Era a Ilha de Fernando de Noronha, que, ao que tudo indica, inspirou Morus a escrever seu famoso livro. De um jeito ou de outro, experimentamos sempre o sentimento da utopia. Seja olhando para a frente, como “país do futuro” (por sinal, Stefan Zweig suicidou-se aqui, ele e a mulher), ou para trás, com nostalgia de anos dourados, em geral idealizados. Não se pode esquecer que a lenda situava o Eldorado, o país do ouro, entre o Brasil e a Venezuela. Estamos sempre esperan-

do alcançar algo que nunca chega ou que já passou. “Utopia selvagem”, de Darcy Ribeiro, sonha substituir o país oficial centrado na figura do branco, do índio e do negro por um povo novo, miscigenado — “um povo para ser a mais bela nação da Terra”. O antropólogo viveu durante dez anos entre as tribos dos kadiwéus, terenas, kaiowás e bororós.

Por se tratar do terreno que envolve a imaginação e o sonho, a utopia está sempre presente nele de alguma maneira, como inspiração ou como referência. Um dos poemas mais populares de Manuel Bandeira é “Vou-me embora pra Pasárgada”, o lugar ideal onde o poeta quer se refugiar: “Vou-me embora pra Pasárgada/Lá sou amigo do rei/Lá tenho a mulher que eu quero/Na cama que escolherei”. Noutra versão, o compositor e poeta Dorival Caymmi canta: “Eu vou pra Maracangalha, eu vou (...) Se Anália não quiser ir, eu vou só...”.

O professor Francisco Ortega, estudioso do fenômeno médico-fisicalista, tem uma tese original: “Não podendo mudar o mundo, tentamos mudar o corpo, o único espaço que restou à utopia”. Seriam as utopias corporais substituindo as sociais.

Essa “ideologia” do corpo sarado, silicodado cria a obsessão por intervenções como bodybuilding, cutting, tatuagem e piercing — na língua, no nariz, no bico dos seios e até nos lugares mais recônditos da mulher e do homem. A mais comum dessas mudanças consiste nas cirurgias plásticas.

Mas nossa grande utopia mesmo é o fim da pandemia e a comprovação pela CPI da Covid dos responsáveis pelo genocídio de mais de 400 mil pessoas em pouco mais de um ano no Brasil.



ARTIGO

Reavaliação do lockdown

PÉRCIO DE SOUZA E
ANDREA VON ZUBEN

Há um ano o Brasil completava o segundo mês da chegada do Sars-CoV-2, acumulando 7,3 mil óbitos. Em meio à escalada de notícias alarmantes que vinham da Europa e dos Estados Unidos, o país ficou dividido entre uma minoria negacionista, que defendia que era um surto passageiro, e outra alarmista, que projetava 1 milhão de mortos até o final do ano. Ambos, hoje sabemos, equivocados.

Passados dois picos da curva pandêmica, os indícios são de um novo arrefecimento. O que aprendemos neste período? Nas medidas farmacológicas, a ciência mostrou uma evolução poucas vezes vista, desenvolvendo vacinas com diversas tecnologias, além do uso de tratamentos inovadores, como plasma e anticorpos monoclonais. Em relação às medidas não farmacológicas, ficou estagnada.

Defendemos que é preciso inovar na busca de alternativas de prevenção, minimizando efeitos colaterais. Também entendemos ser necessária uma avaliação mais profunda das medidas de restrições ou lockdown, uma vez que trazem impactos perversos para os vulneráveis, gerando uma deterioração grave na já dramática desigualdade social.

Para avaliar o lockdown, o Instituto Estêter, com apoio do epidemiologista Expedito Luna e de quatro discentes em Medicina, investigou países da Europa, mais comparáveis. Verificamos que aqueles que tomaram medidas mais restritivas foram bem-sucedidos no

1º semestre de 2020, mas acabaram sendo os mais assolados a partir de julho. O caso crítico é a República Tcheca, que encerrou junho com 21 óbitos por milhão de habitantes e registrou 2,6 mil desde então, enquanto a média europeia foi de 1,1 mil.

Reino Unido e Portugal, usados como exemplos de sucesso do lockdown, também estão entre os piores da Europa por esse critério, ambos com cerca de 1,4 mil óbitos por milhão desde julho. A Espanha, que adotou uma política mais flexível, teve 30% menos óbitos no período. Com relação à amplitude da curva, a história se repete: no ápice semanal, no início de fevereiro, Portugal registrou 206 óbitos por milhão, enquanto o Reino Unido chegou a 130, e a Espanha a apenas 68. Como comparação, o Brasil teve seu pico no meio de abril, atingindo 100.

Por aqui, Araraquara usou o lockdown para conter a sobrecarga dos hospitais. Passadas algumas semanas, multiplicaram-se análises mostrando uma queda abrupta de casos logo depois das medidas de isolamento. Analisamos os dados com a Secretaria de Saúde e verificamos que o gráfico representava os casos por data de registro, que lá ocorre cerca de 12 dias depois do contágio, incluindo o tempo de incubação, teste, resultado e registro. A queda na transmissão, na verdade, ocorreu uma semana antes da implantação do lockdown. Isso não surpreende quem acompanha os dados,

uma vez que outros locais sem lockdown, como Manaus, apresentaram queda similar.

Mesmo com a obviedade conceitual, ainda carece de comprovação a correlação estatística entre o lockdown e o ritmo da infecção, principalmente com o passar do tempo. A fadiga pelo isolamento (“Pandemic Fatigue”, OMS), combinada à dinâmica heterogênea da transmissão, parece ser um fator que tem impedido sua eficácia.

Sabemos da complexidade em estabelecer políticas públicas no nosso país, onde lideranças deixam de cumprir seus papéis como exemplo e organização. No entanto precisamos de uma política nova de comunicação, que dê à população conhecimento dos principais fatores de risco de transmissão e promova campanhas educativas sobre a mobilidade consciente. Uma outra frente deve concentrar esforços na prevenção via rastreamento de contactantes para tentar diminuir a taxa de contágio do vírus (Rt) e evitar a intensificação da curva.

Os municípios de Campinas, Curitiba e São Caetano, em conjunto com o Instituto Estêter e com apoio de epidemiologistas e pesquisadores, se dispuseram a desenvolver projetos pilotos nas duas frentes. O objetivo é implementar uma abordagem que permita agir de forma diferente, para não correremos o risco de completar outro ano contabilizando e lamentando mais mortes.



Pércio de Souza, engenheiro, é presidente do Instituto Estêter, Andrea von Zuben, epidemiologista, é professora da Unicamp e diretora do Departamento de Vigilância em Saúde de Campinas